



AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL

PLANO OPERACIONAL 2014

O Plano Operacional para 2014 (PO 2014) da Amnistia Internacional Portugal (AI Portugal) dá continuidade às linhas constantes das Prioridades Estratégicas 2013-2015 da secção portuguesa e engloba as novas campanhas globais da Amnistia Internacional para o biénio 2014-2015 sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e Tortura.

Renova também a aposta nos 3 eixos das Prioridades Estratégicas da AI Portugal – Impacte em Direitos Humanos, Participação e Cultura de Direitos Humanos e Crescimento e Desenvolvimento – tendo sempre presente que a sua interligação é a chave para fortalecer e consolidar a secção portuguesa.

Impacte em Direitos Humanos

Novas campanhas internacionais: Direitos Sexuais e Reprodutivos e Tortura

No âmbito das campanhas internacionais, a AI Portugal participará, com níveis de intervenção diferentes ao longo dos dois próximos anos, nas duas campanhas propostas: “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, centrada nos direitos sexuais e reprodutivos e “STOP Tortura”, campanha que focará a mensagem no reforço de medidas de proteção para evitar a prática de tortura pelos estados.

Quanto à primeira, além do trabalho de lóbi sobre países prioritários para o movimento, apostaremos nos jovens como público-alvo, com vista a contribuir para a sua capacitação individual e influenciar uma mudança de comportamentos. O trabalho a desenvolver será sobretudo centrado nas ações de Educação para os Direitos Humanos – envolvendo os participantes do projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos, mas alargando-o também a outras escolas e espaços – e na promoção do Ativismo.

A coadoção de crianças por casais do mesmo sexo – tema que levou a secção a tomar posição junto dos grupos parlamentares em 2013, com vista à aprovação de legislação nesse sentido – será outra abordagem da campanha “O Meu Corpo, os Meus Direitos” com relevância local em Portugal em 2014 e que justificará mais ações de lóbi e iniciativas nacionais. Também outro tema desta campanha, a Mutilação Genital Feminina, justificará o envolvimento da secção, dadas as iniciativas legislativas anunciadas no Parlamento português com vista à sua criminalização no nosso ordenamento jurídico.

A agenda pós-2015, no âmbito dos novos Objetivos da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, será outro enquadramento privilegiado para esta campanha, que as secções irão começar a trabalhar já em 2014. Por tudo isto, dedicaremos o Conselho Geral e o Encontro de Estruturas deste ano – agendados para Fevereiro – à campanha “O Meu Corpo, os Meus Direitos”.

Quanto à campanha sobre a Tortura, a AI Portugal contribuirá para a concretização dos objetivos globais e europeus, nomeadamente nos países definidos como prioritários pelo movimento: Uzbequistão e Marrocos. O primeiro por ser um país europeu e poder beneficiar da ação concertada dos países da União Europeia; o segundo, pela proximidade e pelas boas relações diplomáticas que mantém com Portugal. Esta campanha proporciona também um enquadramento favorável para reforçar a relevância local do trabalho da AI Portugal, desde logo porque no relatório anual da Amnistia, o tema da tortura tem-se mantido como um dos mais graves problemas de direitos humanos em Portugal, sendo também identificado como tal pelos principais organismos intergovernamentais de direitos humanos (Nações Unidas e Conselho da Europa).

Noutra vertente igualmente local, a ligação do tema desta campanha às celebrações dos 40 anos do 25 de Abril em Portugal surge como incontornável, podendo até constituir uma oportunidade de mobilização de antigos membros e apoiantes. Durante muitos anos, esta foi uma das temáticas a que a Amnistia se dedicou com especial empenho, tendo contribuído para muitos dos progressos em matéria de lei internacional, por exemplo. Assim, a Tortura será o tema da nossa Assembleia Geral de Abril, em que faremos a apresentação da campanha “STOP Tortura” e evocaremos igualmente o tratamento dado pela ditadura portuguesa aos presos políticos, antes do 25 de Abril.

Portugal

Direitos Económicos, Sociais e Culturais

A AI Portugal continuará a dar atenção ao impacte da crise económica nos direitos humanos, em particular no que toca à degradação dos direitos económicos, sociais e culturais (DESC, campanha “Exija Dignidade”), dando continuidade ao trabalho iniciado em 2013 e que assentou sobretudo na discussão do tema e suas possíveis abordagens em grupos de trabalho, integrados pelas secções de Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia, Itália e Áustria, bem como por elementos do Secretariado Internacional e pelo Escritório Europeu da AI. Nesse sentido, vai o tema escolhido para a primeira edição do Curso de Verão de Direitos Humanos, “Crise Económica= Crise de Direitos Humanos?”. O curso, com a duração de dois dias, é organizado pela AI Portugal em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Assim, em junho, o Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa acolherá um encontro sobre as obrigações internacionais dos estados, mesmo em tempo de recessão, no que toca à proteção dos direitos humanos, especialmente dos grupos mais vulneráveis, convidando uma série de peritos na matéria, nacionais e internacionais (da ONU, AI, Oxfam, Faculdade de Direito de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, por exemplo) e promovendo mesas-redondas de discussão sobre o tema.

Revisão Periódica Universal de Portugal e visita a Portugal do Secretário-Geral, Salil Shetty

Para ampliar o conhecimento da AI Portugal sobre a situação de direitos humanos no nosso país e potenciar mais ações com relevância local – um dos pressupostos das Prioridades Estratégicas 2013-2015 da secção – iniciámos ainda em 2013, em colaboração com o Secretariado Internacional e mediante presença nas reuniões de trabalho da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Ministério dos Negócios Estrangeiros), o processo de acompanhamento da Revisão Periódica Universal a Portugal (RPU) pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, um dos mais importantes exames das Nações Unidas aos estados em matéria de direitos humanos e por excelência uma das principais iniciativas de lóbi da sociedade civil. Tal exame está agendado para 30 de Abril, na Suíça, em Genebra, e incluirá os temas internacionais com relevância local (por exemplo, a tortura, tal como referido acima), incluindo outros que a secção teve já oportunidade de aprofundar a nível de lóbi, participando no processo legislativo: refugiados (nova lei de Asilo) e temáticas LGBTI (como a coadoção, por exemplo).

Na semana seguinte, o Secretário-Geral da Amnistia Internacional, Salil Shetty, visitará Portugal, quase vinte anos depois da última deslocação oficial de um secretário-geral da organização a Lisboa. Visibilidade externa e interna – fora e dentro do próprio movimento – e a possibilidade de potenciar temas nacionais de direitos humanos (desde logo, os da RPU a Portugal) inspiraram o convite a Salil Shetty, prontamente aceite.

Num primeiro tributo aos ativistas da AI Portugal, o Secretário-Geral iniciará a visita pela sede para se juntar aos membros da secção, no ENAI - Encontro Nacional de Ativistas. Além dos habituais encontros com os *media*, a agenda prossegue com uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que terão destaque as relações externas de Portugal, sobretudo no âmbito das campanhas internacionais atrás referidas mas também em relação a países como Angola (note-se que acaba de abrir um posto dedicado só à Lusofonia – Angola e Moçambique – no escritório regional da AI na África do Sul) e Brasil, considerados prioritários na Estratégia 2013-2015 da secção (no Brasil, o Campeonato do Mundo de Futebol dará este ano mote à Campanha Internacional da AI sobre “Segurança Pública e Violência Policial”). É ainda o caso de outros países, em função da sua emergência na atualidade nacional devido a temáticas relacionadas com direitos humanos, como por exemplo a Guiné Equatorial, no contexto da sua adesão à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Quanto a esta, iremos acompanhar a própria Revisão Periódica Universal à Guiné Equatorial, em Maio, através de ações de lóbi da secção, entre outras.

No segundo dia da visita a Portugal, o Secretário-Geral da AI encerrará uma conferência organizada pela AI Portugal na Faculdade de Direito de Lisboa, com o tema: "O futuro dos direitos humanos na Europa: desafios e oportunidades". Em ano de eleições europeias, e no país que terá inspirado – antes do regime democrático que cumpre agora 4 décadas – a criação da própria Amnistia Internacional, a secção portuguesa quer promover o debate sobre o futuro dos

direitos humanos na Europa. Direitos económicos e sociais, refugiados, minorias e discriminação, liberdades e democracia serão os principais temas.

Indivíduos em Risco

Outro tema que a AI Portugal pretende continuar a trabalhar é o relativo a “Indivíduos em Risco”, uma das prioridades internacionais do movimento (*Global Priority Statement*). A secção procurará, através do enfoque em casos individuais, aumentar o impacto de campanhas específicas e a relevância local – desde logo, procurando escolher casos de países com quem temos maior ligação (como os da CPLP, por exemplo) ou de casos sobre os quais haja grupos temáticos na secção. Procurar-se-á, desta forma, não só ampliar a mensagem das campanhas e dos temas em foco, mas também contribuir para um maior impacto.

A campanha internacional sobre o tratado de comércio de armas e a campanha contra a discriminação – LGBTI e das comunidades ciganas, em particular – continuarão a ter acompanhamento ao longo do ano mas com menor intensidade, aproveitando o trabalho já feito durante o ponto alto das campanhas para situações específicas que possam ocorrer relacionadas com estes temas. Todas as matérias prioritárias atrás destacadas serão também abordadas e desenvolvidas no âmbito da Educação para os Direitos Humanos, uma aposta que pretendemos manter em 2014, através da continuação do projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos (ver “Participação e Cultura de Direitos Humanos”).

Outros temas de direitos humanos serão acompanhados quando e sempre que necessário. É o caso do trabalho reativo a crises de direitos humanos e humanitárias ou graves conflitos (como a Síria), ou de países que vivem fases de transição política (Ucrânia, por exemplo) ou ainda de temas específicos como a Pena de Morte, assunto sobre o qual a AI terá os habituais contributos anuais: em Março, com a divulgação do relatório anual sobre o tema e em Novembro, com o evento mundial “Cidades pela Vida - Cidades contra a Pena de Morte”. No Dia Mundial contra a Pena de Morte, a 10 de Outubro, pretendemos abordar a questão através do olhar de um ex-condenado à pena capital, centrando nas vítimas ou potenciais vítimas de violações de direitos humanos a análise deste tema tão caro à AI e este ano mais discutido em Portugal, a propósito da adesão à CPLP da Guiné Equatorial.

Participação e Cultura de Direitos Humanos

O incentivo à participação dos voluntários continuará a ser um ponto prioritário durante 2014. Como tal, continuaremos a apostar na promoção do ativismo individual e organizado, procurando encontrar mais espaços para esta integração, tomando como exemplo a Maratona de Cartas de 2013 – que só na secção contou com a participação de mais de 40 voluntários – e promovendo o envolvimento em ações semelhantes.

A participação ativa dos titulares de direito e, especialmente, de grupos vulneráveis – nomeadamente da comunidade cigana – volta a estar contemplada

em 2014, através de uma nova edição do projeto “Imagens à Margem”, que este ano decorrerá em Coimbra, entre Fevereiro e Abril, numa iniciativa do Grupo de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com o apoio da secção.

Também a nível do ativismo organizado, procurar-se-á continuar a explorar formas mais eficazes e sistemáticas de interligar as atividades das estruturas locais a eventos concretos, como o lançamento e datas-chave de campanhas globais, a celebração de dias com especial significado como o 30 de novembro (Cidades pela Vida - Cidades contra a Pena de Morte) ou o 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos e ponto alto da campanha Maratona de Cartas, que assinalaremos também em 2014 com mais uma edição do concerto “Live Freedom”.

Desde logo, queremos dar seguimento às **Sessões para Membros**, iniciadas em 2013, com o apoio dos grupos locais e em várias cidades, seguindo essencialmente o trajeto das equipas do *Face to Face* pelo país, ao longo do ano. O objetivo mantém-se: acolher os membros e apoiantes recém-chegados via *Face to Face*, mas também reforçar o acompanhamento aos grupos e núcleos, proporcionando mais informação sobre questões organizacionais e de ação e promovendo maior envolvimento e troca de experiências, além de tentar explorar novas formas de participação. Ao longo de 2014, pretendemos ir até Braga, Covilhã, Viseu, Aveiro, Faro, e Évora e, possivelmente, até à Madeira.

Em matéria de **comunicação**, a AI Portugal pretende manter a aposta que reforçou em finais de 2012 na comunicação digital, através das suas principais plataformas: *site*, *Facebook*, *Twitter*, blogue no *site* do semanário “Expresso” e *Youtube*. Além da revista “AGIR pelos direitos humanos”, instrumento vital de comunicação com os membros e de contacto com os nossos apoiantes, simpatizantes e público em geral, tencionamos manter ainda o envio regular de *e-mails* aos membros. A adoção de um novo *site* em 2014 pretende também reforçar esta aposta nas plataformas digitais.

O projeto **Escolas Amigas dos Direitos Humanos** continuará a ser desenvolvido, contribuindo para um melhor conhecimento dos direitos humanos e para uma cidadania mais consciente, exigente e ativa. Este projeto, lançado em 2013 pela secção – em linha com as prioridades de Educação para os Direitos Humanos constantes das prioridades 2013-2105 –, integra Portugal na rede mundial de 92 escolas que já existe em vinte países da Europa, África e América Latina e que visa transformar as instituições de ensino em espaços que educam para os direitos humanos, através da incorporação de valores como a democracia, a igualdade, a não-discriminação, a justiça e a responsabilidade no dia-a-dia das escolas tornando-as mais plurais, participativas, diversas e inclusivas.

Também as parcerias na área da cultura continuam a estar presentes no Plano Operacional, sendo aqui de salientar a colaboração com o Festival de Cinema *Indie* Lisboa, que este ano assinala os dez anos do Prémio Amnistia Internacional, em parceria com a Fundação Serra Henriques. Esta parceria tem

tido um papel importante na atração de novos públicos, bem como na difusão dos temas de trabalho da AI através de novas linguagens.

Desenvolvimento e Crescimento

A AI Portugal concentrará esforços para continuar a aumentar, capacitar, diversificar e dinamizar os seus voluntários. Para tal, mantém a aposta, iniciada ainda em 2012, em mais e melhor informação e formação e num maior acompanhamento, no sentido de promover a participação dos seus membros, apoiantes e ativistas. A realização do ENAI em 2014 com um convidado especial – o Secretário-Geral da organização – será certamente um momento de especial motivação. Manteremos também a aposta relativa à formação contínua da equipa executiva, desde logo, através dos *workshops* organizados pelo próprio movimento.

Continuaremos a desenvolver mecanismos para a retenção dos atuais membros, apoiantes e ativistas – uma aposta testada em 2013 e que já produziu resultados, ainda mais importantes em contexto de crise económica e de grande concorrência de outras organizações em matéria de angariação de fundos. Dez anos depois de a secção portuguesa ter introduzido o *Face to Face* como seu principal método de angariação de fundos (Abril de 2004), não deixaremos de procurar novas formas de diversificar as fontes de obtenção de fundos bem como formas de atrair novos membros e apoiantes. Nesse sentido, estaremos presentes num dos maiores eventos da AI em matéria de angariação de fundos, que este ano decorrerá em Portugal (*Global Skillshare*, Junho, Lisboa). Também a adoção de um novo *site* em 2014, por exemplo, pretende abrir-nos à possibilidade de angariação de fundos *online*, num primeiro passo para a criação de uma estratégia digital de angariação de fundos.

A responsabilização e transparência continuarão a ser pontos fundamentais, mantendo-se a análise regular e atempada da execução orçamental e da situação financeira da secção, de forma a permitir tomar decisões estratégicas com base nas necessidades vs. possibilidades da secção. A secção continuará a preparar a transição para o Plano de Contas e Centros de Custo do Movimento Internacional (COCOA), em linha com as demais secções do movimento internacional.

Lisboa, 24 de Março de 2014